



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

# O Govêrno e a Imprensa perante a guerra

(DISCURSO RESPONDENDO AS MANIFESTAÇÕES DOS JORNALISTAS, POR OCA-SIÃO DA VISITA AO EDIFÍCIO DA ASSO-CIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, A 20 DE OUTUBRO DE 1939)

## SUMÁRIO

Na Casa do Jornalista, com as responsabilidades do Chefe da Nação — A Constituição de 10 de Novembro consagra o princípio de que os homens de imprensa e os homens de govêrno devem agir inspirados no bem público — Incremento à indústria nacional de papel — Localização dos conflitos internacionais desde 1918 — A posição do Brasil, na guerra, ditada pela consciência popular brasileira — Cooperação da Imprensa com o Govêrno para que o espírito público se mantenha calmo e confiante — O relêvo da imprensa dos grandes países aos fatos ocorridos fronteiras a dentro — A verdadeira atitude neutral — Satisfação na Casa do Jornalista.

**S**enhores: Na CASA DO JORNALISTA, sinto-me entre confrades, embora falando com as responsabilidades de Chefe da Nação. A coincidência dos nossos objetivos é completa; diversificam, apenas, os meios de ação. Homens de imprensa e homens de govêrno devem agir sob as mesmas inspirações do bem público, empenhados em assegurar o progresso moral e material da Pátria.

A aplicação dêsse conceito, que sempre tive presente, foi feita na Constituição de 10 de Novembro, que emprestou ao vosso labor profissional caráter público, como valioso auxiliar da espinhosa missão de governar. A semelhante obrigação correspondiam, certamente, direitos que vos foram reconhecidos e consignados na legislação trabalhista. Os jornalistas, d'antes à margem dos favores do Estado, possuem, hoje, garantias no exercício da profissão, e o seu órgão representativo, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, foi dotado de sólido patrimônio, que lhe aumenta o prestígio e autoridade.

Dentro de tão louvável espírito de cooperação, tem sido possível resolver questões vitais para a vossa atividade. Agora mesmo, cogitamos, em face das dificuldades do momento, de incrementar a indústria nacional de papel, por forma a suprir, pelo menos em parte, as necessidades das emprêsas jornalísticas.

Não sofre dúvida, pois, a nossa estima pela Imprensa e o aprêço dispensado à sua atuação, sempre que elevada, moralizadora e construtiva, indo o Govêrno

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

frequentes vêzes escolher no vosso meio auxiliares que se revelam leais e devotados servidores do Estado.

Tudo isso — êsse contacto permanente e compreensivo — explica a minha presença entre vós e oferece oportunidade para exprimir, franca e cordialmente, o meu pensamento acêrca de alguns assuntos de palpitante actualidade.

Os conflitos internacionais, restritos e localizados desde 1918, assumem, hoje, proporções de suma gravidade, envolvendo os grandes povos criadores da civilização ocidental. De nossa parte, como americanos e como brasileiros, só temos de os lamentar. Políticamente, nada nos prende aos beligerantes. Não existem, nesta ou naquela parcialidade, laços profundos de linguagem ou de costumes que nos arrastem e empolguem irremediavelmente. Equidistantes de ambos os grupos pelo pensamento político, não temos, para intervir na luta, sequer, a justificativa dos interesses econômicos, que constituem, geralmente, nos dissídios entre os povos, o núcleo gerador dos choques armados. São êsses, ainda agora, os motivos determinantes do conflito europeu, que perde, a cada novo episódio, o caráter de luta entre ideologias antagônicas. As alianças formam-se ou desaparecem, não por efeito das afinidades ideológicas, mas pelo cálculo e ajustamento dos interesses em equação, que reduzem ou acomodam, fàcilmente, as chamadas divergências de ordem doutrinária. A realidade dos fatos está a oferecer-nos, assim, preciosa lição, que convém lembrar toda vez que se pretenda formular conclusões apresadas ou tendenciosas sôbre a repercussão dos acontecimentos internacionais nos negócios internos de qualquer país.

A consciência popular brasileira ditou-nos, imperativamente, o caminho a seguir. Decretando a Lei de

## O GOVÊRNO E A IMPRENSA PERANTE A GUERRA

Neutralidade, procurámos, ao mesmo tempo, pela participação ativa na Conferência do Panamá, estreitar ainda mais os laços de solidariedade que nos ligam aos povos do Continente americano. Essa medida de sadia política exterior traçou os rumos que se impunham ao nosso patriotismo e tradições pacifistas, e as demais providências tomadas decorrem, naturalmente, da necessidade de sua aplicação com o objetivo de amortecer e anular os reflexos inevitáveis da guerra sôbre a nossa vida interna.

Definida assim, de modo claro e preciso, a nossa atitude, cabe à Imprensa auxiliar o Govêrno e cooperar com êle no sentido de manter o espírito público calmo e confiante, evitando excitá-lo com a divulgação de notícias e impressões alarmantes, às vêzes intencionalmente exageradas, com o propósito de conquistar simpatias, criar prevenções e despertar ódios.

Seria impatriótico e nocivo agir de modo diferente. Entristece-nos o espetáculo de ruínas e desgraças que se abatem sôbre os povos em luta. Não está em nós, porém, remediá-las, e pareceria demasiada ingenuidade, passível de suspeição interesseira e lucrativa, querer apurar culpas e aferir responsabilidades relativamente a acontecimentos complexos, cujas origens só com o decorrer do tempo poderão ser examinadas com isenção e justeza. Os comentários de imprensa precisam cingir-se, por conseguinte, ao critério apontado, selecionando espontaneamente o que convém e rejeitando o que possa contrariar o interêsse nacional.

Considero, mesmo, azada a ocasião, para recordar que a imprensa dos grandes países costuma dar relêvo absoluto aos fatos que se desenrolam fronteiras a dentro, e aprecia os sucessos exteriores, apenas, na medida do que lhes toca, próxima ou remotamente. Não há, nessa

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

observação, qualquer novidade para os jornalistas de experimentado tirocínio, porque êsses procuram focalizar, de preferência, os assuntos de interesse geral e fogem ao sensacionalismo fácil. A oportunidade não pode ser melhor para desenvolver tão proveitosa norma jornalística e tratar as nossas coisas com a atenção que exigem, porque, antes de tudo, somos brasileiros e no Brasil vivemos. Seria, êsse, mais um benefício a recolher da situação de estrita neutralidade, que devemos observar sem tergiversações.

E, voltando ao assunto, quero salientar pontos de vista de evidente importância, alguns dos quais lúcida e acertadamente comentados pela nossa Imprensa. Neutralidade não quer dizer passividade. A verdadeira atitude neutral se traduz pela vigilância e isenção de ânimo em face de situações que não concorremos para criar e nas quais não desejamos intervir. Os princípios consagrados na Conferência de Lima adquiriram, agora, expressão ativa nas resoluções da Conferência do Panamá. Alí, assentámos, por consenso unânime e livre das nações americanas, manter a frente comum contra a guerra, defender a paz continental e assegurar o intercâmbio das nossas atividades.

Cumpre-nos, pois, ficar atentos às ocorrências, para nos furtarmos aos seus desastrosos efeitos e exigirmos o devido acatamento à nossa soberania; e, por outro lado, prevenir-nos para desmascarar quaisquer tentativas que, sob pretêxto de vária ordem, visem comprometer a Nação, através das preferências ou opiniões pessoais, quasi sempre oriundas de atitudes sentimentais ou de propósitos subalternos.

Essa é a forma defensiva da nossa neutralidade; a outra, igualmente importante, consiste no empenho de todos os brasileiros para que nenhuma quebra de rit-

## O GOVERNO E A IMPRENSA PERANTE A GUERRA

mo traga a luta alheia ao nosso esforço criador e desbravador, à produtividade do nosso trabalho e ao desenvolvimento do nosso progresso.

Senhores: Expresso a todos os jornalistas do Brasil a minha inalterável simpatia e a satisfação de deparar, nesta casa, uma grande realização da vossa classe, impulsionada e levada a têrmo pelo vosso ilustre Presidente, Dr. Herbert Moses, incansável na defesa dos vossos interêsses e sempre pronto a cooperar no ajustamento das vossas necessidades com os propósitos construtivos do Govêrno.

Quero encerrar esta festa de cordialidade com um voto pelo crescente prestígio da vossa instituição, certo de contar com a colaboração decisiva dos homens de imprensa, nesta hora conturbada, em que precisamos unir-nos, resolutamente, em tôrno do ideal comum de engrandecimento da Pátria.